



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A SUBORDINAÇÃO DA CIÊNCIA AOS INTERESSES MATERIAIS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE MERCADORIAS

Mailton Rocha Pereira
(UESB)

Alexandre de Jesus Santos
(UESB)

RESUMO

Este artigo pretende analisar a relação de subordinação historicamente desenvolvida entre conhecimento científico e a reprodução do capital. Busca-se compreendê-la como um efeito da posição que a ciência assume como força produtiva aplicada no sistema produtivo. Parte do entendimento que a atividade de inovação que emerge da esfera da pesquisa e desenvolvimento representa um dos elementos responsáveis pela criação de necessidades, pelas quais se viabiliza e se acelera a rotação de mercadorias na circulação. Busca-se também compreender a ciência pelo viés ideológico da dominação de classe na medida em que a mesma assume uma conotação mistificadora das contradições sociais ao ser apresentada pelo discurso oficial burguês como expoente de desenvolvimento social relacionado a um pressuposto consumo em massa das mercadorias produzidas.

PALAVRAS-CHAVES:Ciência; Mercadoria; Ideologia

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é evidenciar a relação de subordinação do conhecimento científico aos interesses sociorreprodutivos do capital no contexto de produção massificada de mercadorias. Buscaremos, assim, apresentar

·Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;pesquisador do GEILC – Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes/Museu Pedagógico/UESB;E-mail: E-mail: mailtonrp@yahoo.com.br.

·Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;pesquisador do GEILC – Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes/Museu Pedagógico/UESB;E-mail: alexandre_magno2@hotmail.com;



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

elementos que demonstrem a tendência de enquadramento da ciência à estrutura da reprodução de mercadoria.

Trata-se de perceber que o fazer científico se desenvolve dialeticamente com o processo de reprodução do capital, tendo como um dos objetivos incrementar a criação de necessidades, que conduz à inovação tecnológica pela qual se possibilita a produção em massa de mercadorias. Como essa relação é a materialização da dominação de classe, assume a ciência um viés ideológico quando apresentada como expoente do desenvolvimento e associada à satisfação das necessidades sociais e individuais; discurso apregoado por aqueles que defendem a ideia da massificação do consumo. Por isso, evidencia-se o engendramento de uma visão parcial que não considera a forma contraditória de seu desenvolvimento, como também a sua determinação com relação aos interesses materiais das classes dominantes.

O caminho que nos conduziu a este texto não nasceu de uma pesquisa empírica, cujos procedimentos metodológicos e objetivos tenham sido articulados e preconcebidos em volta de uma proposta de análise de estudo de caso. Foi produzido a partir de revisão bibliográfica e tem o interesse de inserir no debate sobre a produção do conhecimento uma perspectiva contrária ao modelo formal instituído, ancorados em autores como Marx (2011 e 2013), Harvey (2006 e 2011), Mandel (1982) e Mészáros (2004 e 2011). Assim, longe de reduzir o debate ou apresentar verdades incontestes (que afinal de contas é que desejamos combater aqui), o texto visa contribuir com a discussão por meio da inserção da crítica da ideologia no campo das ciências.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO SOB O IMPERATIVO DO CAPITAL

No início do desenvolvimento do capitalismo a forma de circulação está relacionada à produção industrial. Inicia-se, neste momento, uma dependência do processo de valorização do capital pela produção incessante de mercadorias. Esta



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

dependência é explicada pelo fato de que o sócio metabolismo do capital se realiza no circuito percorrido pela mercadoria que se insere nas etapas da produção, circulação e consumo, no qual a realização total da mais-valia extraída na esfera da produção se expressa em forma de lucro com a venda da mercadoria ao consumidor final.

Assim, se, num primeiro momento, o aumento da extração de mais-valia vai estar em relação direta com o aumento do contingente de força de trabalho e de tempo de trabalho, no segundo momento a produção e o desenvolvimento científico passam a desempenhar um papel cada vez maior no incremento da extração da mais-valia. Não sem razão Marx afirma que

O mais-valor obtido pelo prolongamento da força de trabalho chamo mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 390).

Portanto, sea quantificação de mercadorias significa maior quantidade de mais-valia produzida e sua transformação em lucro, o incremento das forças produtivas para viabilizar a produção em massa se tornou uma necessidade para extração da mais-valia relativa na sociedade do capital. Mais uma vez, é Marx quem elucida que

Na produção capitalista, portanto, a economia do trabalho por meio do desenvolvimento das forças produtivas não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de terminada quantidade de mercadoria (MARX, 2013, p. 395).

Sem nos delongarmos, com base nas citações acima é possível inferir que o desenvolvimento da ciência, dos procedimentos e das técnicas aplicadas a reprodução de mercadorias é condição necessária para extração da mais-valia relativa, o que evidencia uma subsunção estrutural da ciência em relação ao metabolismo social do capital.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A quantificação de mercadorias está relacionada ao aumento qualitativo da disponibilidade de valores-de-uso para o consumo dos próprios trabalhadores. Situação que pôde ser observada num primeiro momento do desenvolvimento capitalista. Conforme Mészáros “o movimento que torna disponível ao trabalhador dois pares de sapatos, em vez de um, só pode ser considerado positivo, quaisquer que sejam as motivações e determinações ocultas da parte capitalista” (2011, p. 675). No entanto, os produtos do trabalho no sistema capitalista assumem a forma mercadoria, na qual, de acordo com Marx (2013), se manifesta a contradição entre valor-de-uso e valor-de-troca. Ela se expressa na oposição entre as necessidades individuais dos consumidores e os imperativos socio-reprodutivos do capital. Assim, na relação de troca, o comprador assume a perspectiva do valor-de-uso da mercadoria, enquanto o vendedor (capitalista) assume a perspectiva do valor-de-troca (HAUG, 1997), evidenciando a contradição na medida em que a necessidade limitada do comprador é a o meio de valorização do capital.

Assim sendo, não existe valorização do capital sem a circulação contínua de mercadorias no circuito econômico. Por isso, o capitalista individual sempre é assombrado pelo perigo de não transubstanciar sua mercadoria em dinheiro pela mediação da venda (M-D). Como esta não é uma certeza a priori, pois está condicionada, também, pelas necessidades humanas reais, há uma propensão do capital para a criação e manipulação das necessidades sociais e individuais como forma de assegurar novas demandas para as mercadorias produzidas.

Por conta disso, o capital é caracterizado pelo dinamismo tecnológico, fomentando incessantemente o incremento das forças produtivas. Por essa perspectiva, o lucro das relações de troca que se torna excedente precisa ser reinvestido em outros ramos da acumulação, como também serve para financiar atividades que aperfeiçoam os valores-de-uso com vistas a criação de novas necessidades, com o objetivo de que a circulação volte ao ponto de partida da produção.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Para atingir tais objetivos, os capitalistas se empreendem na inovação dos processos produtivos e dos produtos como forma de subsumir a limitação das necessidades humanas ao imperativo de reprodução do capital. Isto acontece porque a mercadoria produzida deve corresponder à alguma necessidade para que possa existir uma demanda social por determinado produto. Nas palavras de Cipolla: “sem inovação o volume da necessidade social por um determinado produto depende do crescimento vegetativo do mercado, ou seja, o aumento do número de consumidores, mais a demanda de reposição do produto consumido” (1998, p. 669). Assim, para o autor, a inovação tecnológica mediada pela ciência constitui uma “luta para adequar as necessidades humanas às necessidades de valorização ilimitada do capital (1998, p. 669).

Do ponto de vista da natureza do capital, a inovação é um elemento que, dentre outros, assegura continuidade da produção e da circulação, pois a ela forja a necessidade por novos produtos, que, por sua vez, impele os consumidores à gastar suas rendas e salários na compra dos produtos recém-lançados, concretizando a realização da mais-valia. Esse processo é caracterizado por Marx como reprodução ampliada do capital. Nos dizeres de Paniago

O caráter expansionista do capital esteve sempre presente como uma condição ineliminável do seu modo de operação e controle. O capital só é capital enquanto mantém ativa sua capacidade de auto reprodução, e esta só se torna possível ao transformar valor em novo valor objetivado (2012, p. 45).

Assim, o reinvestimento de capital e o aprofundamento das inovações tecnológicas aplicadas à produção de mercadoria constitui um elemento imperativo para tornar perene seu *modus operandi*. Como consequência têm-se a aceleração de todos os processos capitalistas no sentido de diminuir o tempo de rotação do capital pela diminuição do tempo de circulação das mercadorias. É essa a fórmula que Harvey (2006) chama de compressão espaço tempo.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Com base em Marx, Harvey afirma que o sistema capitalista procura encontrar formas cada vez mais eficazes para diminuir o tempo de rotação do capital. Assim, a expansão do sistema do capital esteve relacionada a conquista e ampliação de novos territórios de atuação. Essa ampliação territorial pressupõe, necessariamente, o aperfeiçoamento do sistema de transporte/circulação de mercadorias, aumentando, por conseguinte a demanda efetiva pelo crescimento do contingente de consumidores. Nos dizeres de Harvey

O modo de produção capitalista fomenta a produção de formas mais baratas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em que novas “esferas da realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital, podem se abrir. [...] Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução de custo de comunicação e transporte (2006, p. 50).

Assim, o desenvolvimento tecnológico mediado pela ciência na ótica também Harvey é necessário para aperfeiçoar a forma de circulação do capital. O que o autor ignora em sua inferência, entretanto, é que o capital não pode se expandir territorialmente indefinidamente. Hoje, poderíamos dizer que ele ocupa todos os rincões do mundo, necessitando, então, circular mais rapidamente a mercadoria no circuito. Nesse sentido, o que caracteriza o capitalismo historicamente é a tendência de diminuição da utilização do valor-de-uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2011), pois é a substituição contínua de produtos para não serem usados que oferece ao capital uma forma eficaz de perpetuar sua reprodução ampliada sem ter a incômoda tarefa de expandir territorialmente o círculo de consumo.

Mais uma vez, a formulação de Paniago é fundamental para esclarecer a questão. Baseando-se em Meszáros a autora infere que



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

No período histórico em que vivemos, após o esgotamento do desenvolvimento expansionista baseado no crescimento dos mercados e ocupação de novos territórios, a redução da taxa de utilização das mercadorias tornou-se o principal meio de se “atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico” (567/661). O objetivo, nesta nova fase, passa a ser “divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando*, deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível um contínuo suprimento de mercadorias super produzidas no vértice da circulação que se acelera” (583/679 (2012, pp. 47 - 48).

A criação de novas necessidades de acordo com Cipolla (1998), envolve a participação de especialistas e meios de trabalho necessários ao desenvolvimento de novos produtos e meios de produção. Na análise empreendida pelo autor, os gastos com a pesquisa e o desenvolvimento são subtraídos dos lucros das empresas e, por isso, deve incessantemente render inovações em tempo cada vez menor como forma de superar a concorrência com o lançamento de um novo valor-de-uso no mercado.

Vale salientar que, nesta perspectiva, a inovação de produto aparece como um resultado não da concorrência, mas da própria natureza do capital, que se expressa na “luta contínua para diminuir do tempo de produção e circulação” (CIPOLLA, 1998, p. 696), processo no qual a ciência e o conhecimento, através dos institutos e universidades de pesquisa e desenvolvimento, exercem função primordial como força produtiva no processo de reprodução do capital.

Neste sentido, parte-se do pressuposto que a ciência e conhecimento se tornaram gradativamente uma força necessária a ser aplicada a produção de mercadorias, na medida em que a contradição valor-de-uso /valor-de-troca se intensifica, com a convergência da pesquisa científica para a estrutura da mercadoria enquanto relação social, na qual se manifesta como ciência aplicada e atividade subordinada a divisão social do trabalho.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A SUBSUNÇÃO ESTRUTURAL DA CIÊNCIA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A ciência enquanto atividade humana criadora (invenções e descobertas) não nasce no bojo das relações capitalistas de produção. A história da humanidade é marcada por descobertas técnicas e científicas, as quais, em seu tempo e espaço, foram agregadas à atividade humana. Por outro lado, a relação econômica e social engendra pelo capital instrumentaliza todas as atividades humanas, inclusive a ciência. Como apregoa Almeida “o conhecimento científico, uma vez aplicado à produção capitalista, não mais se trata de simples invenções, mais de tecnologia” (2014, p. 2), o que o transforma em força produtiva a serviço da acumulação de capitais.

Para Mandel (1982) a aplicação generalizada da ciência à esfera da produção de mercadorias não se deu de forma contínua e uniforme na história do modo de produção capitalista. Ele fundamenta sua afirmação em Marx na passagem a seguir, presente nos Grundrisse

o desenvolvimento da maquinaria por essa via só ocorre quando a grande indústria já atingiu um estágio mais elevado e o conjunto das ciências já se encontra cativo a serviço do capital; por outro lado, a própria maquinaria existente já proporciona elevados recursos. A invenção torna-se então um negócio e a aplicação da ciência à própria produção imediata, um critério que a determina e solicita. Porém, esta não é a via que deu origem à maquinaria no geral (MARX, 2011, p. 940).

Esta aplicação generalizada, explica Mandel, é característica da fase em que há uma grande dependência da valorização do capital em relação à inovação tecnológica. Neste sentido, a sua observação busca compreender a relação dialética historicamente estabelecida de subordinação do conhecimento científico à interesses socio-reprodutivos do capital, ao revelar, com base em Marx, que não foi um imperativo para a existência da maquinaria a aplicação sistemática dos vários campos da ciência ao processo produtivo. Porém, a sua utilização passa a ser



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

requerida no processo de desenvolvimento das relações capitalista de produção na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas depende da inovação como um ramo dos negócios, devido à sua posição relacionada à indução de necessidades que, por sua vez, garante a velocidade da circulação buscada pelo capital.

Não sem razão Mandel (1982) chama atenção para o imbricamento histórico entre a capacidade do trabalho intelectual – já existente anterior ao capitalismo – ligada à invenções e descobertas científicas, e a inovação tecnológica propriamente dita, relacionada à aplicação da primeira ao processo de valorização do capital. Salienta que, no início do desenvolvimento capitalista, essa relação já existia, mas a aplicação de todas as ciências à produção de mercadorias ocorreu a partir da Segunda Guerra e no contexto do rearmamento da Guerra Fria, cujas conquistas da II Revolução Científica do início do século XX (física quântica, teoria da relatividade de Einstein, pesquisa atômica, etc.) estão presentes e incorporadas aos processos técnicos de produção capitalista daquele período.

Neste ínterim, prossegue o economista, a pesquisa e o desenvolvimento passaram a ser um ramo independente, com o surgimento de laboratórios de pesquisas particulares, cujo objetivo era maximizar lucros, pois “ainda mais significativa que a ‘pesquisa pura’ é a inovação industrial efetiva, o desenvolvimento de novos produtos ou processos de produção” (MANDEL, 1982, p. 178). A pesquisa e o desenvolvimento a serviço da produção de valores-de-uso e de troca para o mercado transformaram a inovação em uma esfera especializada e autônoma na divisão social do trabalho. Assim, Mandel define a apropriação histórica do conhecimento científico e da ciência pelo capital, ao relatar que

no âmbito da produção capitalista de mercadorias, o crescimento regular no volume de pesquisa resultou inevitavelmente em especialização e “autonomização”. De início, a pesquisa e o desenvolvimento tornaram-se um ramo a parte, dentro da divisão do trabalho das grandes companhias. Mais tarde, teve condições de assumir a forma de uma empresa independente; surgiram então os laboratórios de pesquisa operados por particulares, que vendiam suas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

descobertas e inventos ao preço mais alto. A previsão de Marx era assim consubstanciada: a invenção havia se tornado um negócio capitalista sistematicamente organizado” (MANDEL, 1982, p. 177).

Uma vez a serviço da reprodução do capital, a ciência se torna um componente do emaranhado de relações de produção com uma funcionalidade definida no contexto do conjunto do processo de trabalho capitalista, não mais se tratando de uma esfera autônoma da produção intelectual humana. E esta subordinação ao processo de trabalho capitalista, por sua vez, ocorre devido à sua relação orgânica com o imperativo de criar e recriar as necessidades, como forma de garantir a absorção de mercadorias produzidas em massa.

Como já dito anteriormente, os investimentos de capital no ramo da inovação tecnológica são deduções do capital excedente produzido. Assim, o trabalho dos especialistas dos laboratórios de pesquisa não produz valor porque seu produto é destinado à aplicação industrial como força produtiva, onde servirá efetivamente para a valorização do capital. Neste sentido, todo o investimento de capital nesta esfera representa desvalorização, quando considerado o processo como um todo, se a mercadoria preconcebida não se apresentar rapidamente ao mercado como um produto lucrativo, pois, como salienta Cipolla

os gastos inovativos por serem uma subtração dos lucros implicam necessariamente uma redução na massa de valor engajada no ciclo de expansão do capital industrial. Quanto mais tempo demora a descoberta maior o volume de gastos e a mais tempo esses gastos deixam de potencializar o ciclo de valorização do qual eles são uma dedução. Percebe-se portanto que deve haver uma tendência ao nível elementar do capital em geral para a continuamente reduzir o tempo de inovação (1998, p. 701).

Isso está de acordo com a concepção Mandel (1982), quando este observa que o trabalho realizado no âmbito da produção científica deve ser trabalho produtivo, voltado para a produção de novas mercadorias, o que pressupõe que toda atividade inventiva que não siga a lógica da produção para o mercado representa para o capital gastos e desperdício de recursos.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Desta forma, o fazer laboral dos cientistas se encontra subsumido aos poderes fetichistas da estrutura social da mercadoria, para a qual deve se sujeitar como um ramo de saberes fragmentados, restrito à lógica formal-positivista que o aprisiona, funcionando como uma parcela do trabalho social total. É neste sentido que a apropriação do conhecimento científico pelo capital distancia a ciência, enquanto complexo da produção intelectual humana, da independência e da liberdade criadora.

Evidenciamos também, neste sentido, a manifestação da alienação humana no campo da produção científica, na medida em que as pesquisas desenvolvidas pelas forças humanas possuem como consequência um aprisionamento estrutural cada vez mais complexo e profundo, no qual seu objeto nada tem a ver com as necessidades reais do pesquisar, mas sim com os imperativos materiais do capital. Mesmos estes trabalhadores especializados não se reconhecem naquilo que produzem, uma vez que seu dispêndio de força, cérebro e nervos está orientada para satisfação de necessidades do capital.

Tais condições alienantes implica a convergência dos esforços políticos para a formação intelectual de força de trabalho especializada, que repercute na estrutura educacional burguesa, com o aumento quantitativo de institutos e universidades, ligados ao desenvolvimento de pesquisa e ciência aplicada, que se explica pela

pressão no sentido de adaptar a estrutura da universidade, a seleção de estudantes e a escolha de programas escolares para a inovação tecnológica acelerada sob condições capitalistas. A tarefa primordial da universidade não é mais a produção de homens “educados”, de discernimento e de qualificações[...] – mas a produção de assalariados intelectualmente qualificados para a produção e circulação e mercadorias (MANDEL, 1998, p 183).

Essa condição primordial da existência da ciência na sociedade do capital faz com que todas as estruturas do fazer científico se condicionem a tais imperativos materiais. As necessidades humanas e a resolução dos problemas



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

cotidianos, só convergem para o interesse da produção científica quando mediados por grandes projeções de lucros. De forma geral, os interesses eminentemente sociais estão em segundo plano, sobretudo quando não representam vultuosos lucros para o capital. Evidentemente, as contradições e os conflitos de classes são fundamentais para pensar o dinamismo e a correlação de forças entre as necessidades de controle e reprodução do metabolismo do capital e as necessidades coletivas.

A IDEOLOGIA DO CIENTIFICISMO COMO LEGITIMADORA DO SISTEMA PRODUTOR DE MERCADORIAS

Neste processo de subsunção da ciência aos desígnios sociorreprodutivos do capital a ideologia desempenha um papel precípua. Ela está amplamente articulada com os interesses das classes sociais em sua luta pelo controle do metabolismo social. Toda sociedade para não morrer deve ser também reprodução, fazendo-se necessária a criação de mecanismos ideológicos que permitam e viabilizem uma ampla justificação da forma e do conteúdo desse modo de produção e reprodução.

Como alegaram Marx e Engels (2007), as ideias da classe que controla os meios de produção material são também as ideias dominantes de toda a sociedade em cada época. Por esse enfoque, não se trata simplesmente de tomar as ideias produzidas como reflexo das relações econômicas de produção, mas, sobretudo, de perceber a relação orgânica existente entre a necessidade de manutenção do controle do sócio metabolismo em todos os domínios da vida social e a formulação das ideias, impostas como portadora dos interesses universais da sociedade por parte da classe dominante, tanto no nível da teoria como do senso comum dos sujeitos sociais. Afirma Mészáros que

É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Compreende-se, pois, que esta característica será mais pronunciada quanto maior for a importância dos interesses que motivam o confronto antagônico dos principais agentes sociais (2004, p. 69).

O comprometimento com o *status quo* da ordem estabelecida se manifesta em posicionamentos que buscam eternizar o sistema dominante como única forma possível de organização social. No capitalismo, esta forma oculta as relações materiais que tornam o trabalho subordinado estruturalmente ao capital, bem como busca convencer a classe trabalhadora que seus interesses correspondem ao desenvolvimentismo apregoado por tais teorias e ideias.

Por essa perspectiva, as mais puras ações irracionais do ponto de vista da reprodução humana, passam a ser justificadas e incentivadas sob o pretexto de que tais ações objetivam garantir e ampliar a “qualidade de vida”, bem como promover o desenvolvimento geral da sociedade ou mesmo assegurar a mais plena liberdade dos trabalhadores. Não sem razão Mézáros afirma que

[...] o que pareceria racional (ou o contrário) nos reduzidos limites de um problema parcial específico pode muito bem vir a ser o posto quando inserido em seu contexto mais amplo, de acordo com a margem de ação historicamente múltipla dos principais agentes sociais. Assim, a questão da racionalidade ideológica é inseparável do reconhecimento das limitações objetivas dentro das quais são formuladas as estratégias alternativas a favor ou contra a reprodução de determinada ordem social (2004, p. 66).

Por isso a necessidade permanente de naturalização da forma mercadoria presente política e culturalmente em toda a sociedade, na qual o contrato formal entre os indivíduos nas trocas do mercado se impõe como modelo de liberdade humana, imposta pela legalidade do sistema. A ideologia capitalista, neste sentido, busca negar, em suas formulações e discursos, a divisão desta sociedade em classes sociais com interesse divergentes. Assim, exorciza-se a alternativa de modificar a forma de organização social através da imposição de modelos de desenvolvimento social ligado à massificação de mercadorias, que relaciona o nível ótimo de desenvolvimento dos indivíduos em sociedade ao suposto acesso universal aos



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

bens materiais produzidos, postulando a ciência e o desenvolvimento tecnológico como os agentes responsáveis por conduzir os sujeitos sociais ao reino da satisfação das necessidades humanas.

Essa mistificação do papel da ciência é exatamente aquilo que objetiva justificar e legitimar o descolamento da orientação das forças produtivas para com as necessidades reais da humanidade, pois o que se busca no âmbito do desenvolvimento científico não é a elevação do espírito humano a um novo patamar de desenvolvimento, mas a diminuição do tempo de rotação das mercadorias. Na prática, essa inversão ocorre na defesa da existência do consumo de massa que, no nível da teoria, apresenta-se a partir da análise mecânica que superpõe o aspecto quantitativo do aumento exponencial da disponibilidade de mercadorias no mercado de consumo.

O acesso de parcelas restritas da população mundial aos bens produzidos em massa serve como justificativa da ideia de consumo massificado que, cultuado como expoente de qualidade de vida, é associado à inovação tecnológica proporcionada pela ciência aplicada à produção. Assim, a ideologia do cientificismo imprime à ciência a função de resolver as contradições sociais, apresentando a produtividade como um aspecto positivo, tomando as conquistas tecnológicas como um ganho da classe trabalhadora e ocultando a função preponderante da ciência como força a serviço da reprodução alienada de capital.

Na prática, a ciência está muito mais próxima de cooperar com a produção destrutiva tendo em vista o atual modelo de produção voltado para o desperdício de recursos que atende ao imperativo de reduzir o tempo de rotação do capital. Não sem consequências para a sociedade que é envolvida em uma forma de consumo, cuja regra é a subutilização do valor-de-uso dos produtos.

Neste sentido, a autoridade da própria ciência é utilizada com escudo impenetrável para justificar esse modelo de produção e consumo – irracional do ponto de vista humano – uma vez que essa lógica, comprometendo os recursos naturais, acaba por colocar em jogo, conforme afirma Mézáros (2004), a própria



existência humana. Por isso, a ciência e o desenvolvimento tecnológico constituem mecanismos eficazes cujo objetivo é diminuir o máximo possível a rotatividade do capital maximizando as potencialidades de lucro. A ideologia, atuando por sobre essa necessidade objetiva do capital acaba por mistificar a subsunção real da produção científica aos desígnios socio-reprodutivos do capital.

CONCLUSÕES

O problema que nos propomos a analisar neste artigo é muito mais amplo e complexo e apresenta muitas outras nuances que aquelas sobre as quais aqui nos debruçamos. Entrementes, por tudo o que foi explanado aqui, gostaríamos de apresentar três conclusões provisórias:

1. O desenvolvimento científico não pode ser analisado de forma desconectada do próprio desenvolvimento do capitalismo, pois ciência e tecnologia passaram, a partir de determinado momento histórico, a fazer parte da engrenagem socio-reprodutiva do capital;
2. O desenvolvimento científico e tecnológico constitui elemento fundamental para ampliar o processo de rotação do capital que atua, sobretudo, na intervenção das forças produtivas pela diminuição do tempo socialmente necessário, ampliando, assim, a produtividade do trabalho e o índice de exploração da mais-valia relativa.
3. A ideológica, amplamente articulada às forças materiais em curso, atua como mediadora que viabiliza a dominação de classes, ao intervir nos círculos de consumo fazendo com que o capital complete o seu circuito total de realização mediado pelo consumo final.

A construção de uma nova ciência que esteja amplamente articulada às genuínas necessidades humanas, livre da subsunção estrutural do sistema do capital e da produção de mercadorias só será possível através de uma ampla e profunda transformação nas forças materiais da sociedade. Assim, a ciência e a tecnologia



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

poderão ser colocar novamente pari-passu aos interesses coletivos trabalhando para elevação da sociedade a um patamar superior de desenvolvimento.

REFERÊNCIA

CIPOLLA, F. P. A Inovação de Produto em Marx. In: III Encontro Nacional de Economia Política, 1998, Niterói. Anais do III Encontro de Economia Política, 1998. v. II. p. 696-702.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seu diferentes profetas, 1845 - 1846*. Organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *Mészáros e a Incontrabilidade do Capital*. 2ª. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.